

A RELAÇÃO SOCIEDADE X NATUREZA SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL

Manoel Pedro de Oliveira Junior –
Universidade Federal de Sergipe –
pedrinhogeoufs@hotmail.com

RESUMO

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI são marcados por grandes debates e eventos almejando amenizar os impactos que a sociedade desde a modernidade impõe à natureza. No entanto, os interesses conflitantes pouco têm contribuído ao que se objetiva. Então, com propostas insossas realizadas por correntes do ambientalismo, que são hegemônicas, a Crise Ecológica permanece, agrava-se. Diante disso, faz-se necessário entender que na relação homem e natureza se (re)produzem. São “co-autores” da história social, que é também história natural. Logo, não podem ser vistos como esferas separadas da totalidade social. Porém, cabe ressaltar, que não queremos aqui partir em defesa daqueles que se apropriam dos recursos da natureza de forma destrutiva. Ao contrário, compreendemos que essa apropriação é produto das relações desencadeadas sobre um modo de produção específico – o sistema capitalista. Sendo assim, buscamos compreender a Crise Ecológica e as discussões que surgiram a partir de então, como fruto de um contexto histórico marcado pela “*depreciação do valor de uso das mercadorias*”, ou seja, uma produção desenfreada de mercadorias descartáveis e desnecessárias que geram o consumo desenfreado para a satisfação do lucro na sociedade capitalista. Para tanto, utilizamos o materialismo histórico e dialético marxista como método de análise das contradições observadas no contexto da crise, como também, por vermos como esse método é possibilitador para a apreensão da totalidade sócio-histórica. É dentro desta concepção que compreendemos a natureza como uma totalidade. Com isso, almejamos a construção de uma proposta de Educação Ambiental (EA) para além dos ditames do capital. Uma proposta de educação política, que tenha como objetivo principal a superação do sistema do capital, pois só assim podemos objetivar uma sociedade sustentável. Portanto, nossa proposta para a Educação é antes de tudo, uma proposta política, de luta de classe, de luta contra o capital.

Palavras-Chave: Capital; Trabalho; Crise Ecológica.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI são marcados por grandes debates e eventos almejando amenizar os impactos que a sociedade desde a modernidade impõe à natureza. Encontram-se para discutir a Crise Ecológica: representantes da sociedade civil, ONG's, intelectuais, representantes de Estados. Numa miscelânea de propostas e interesses muitas vezes contraditórios (como por exemplo, a proposta de “Crescimento Zero”). Esses interesses conflitantes pouco têm contribuído ao que se objetiva. Então, com propostas insossas realizadas por correntes do ambientalismo, que são hegemônicas, a Crise Ecológica permanece, agrava-se.

O que apresenta forte relação, ou seja, o que é muito perceptível, é esta crise ao modelo de desenvolvimento por qual se enveredou a sociedade do capital. No entanto, apesar da relação existente poucos intelectuais do ambientalismo fazem a crítica contundente ao modo de produção vigente. Faz-se necessário buscar superar, transformar de forma revolucionária a sociedade. Só assim, podemos pensar no desenvolvimento sustentável (outra falácia ideológica). Caso contrário, permaneceremos realizando reformas “*na linha de menor resistência do capital*” (MESZÁROS, 2007), que não trazem soluções significativas e duradouras. É com esse posicionamento que Conceição (2004 p. 89) nos diz que: “É a necessidade que deve regular a sustentabilidade do desenvolvimento. Admitir o desenvolvimento a partir do que define o mercado é afirmar a condição determinante da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável”. Ainda segundo a autora:

Qualquer proposta que vise o desenvolvimento sustentável deve estar alicerçada na compreensão da relação necessidade, qualidade e uso, contrapondo-se ao círculo vicioso do sistema reificado do capital na produção de supérfluos, que transforma os homens em coisas, limitando a apropriação na dimensão do individual, no crescente acúmulo do capital. Para tal, é necessária a redefinição teórica e prática de riqueza e propriedade. (*ibidem*).

A partir da década de 1970 o sistema do capital entra em uma longa recessão, não conseguindo manter a taxa média de lucro. Esse período de longa recessão é o da “crise estrutural do capital” (MESZÁROS, 2002). Não são mais as crises cíclicas, conjunturais a que economistas estavam acostumados a teorizar. Sendo assim, tem início um processo de reestruturação produtiva marcado pela substituição do padrão taylorista/fordista de produção-acumulação pelo padrão toyotista. Seguido, no plano político-ideológico pelo neoliberalismo. Essas transformações trazem impactos

profundos à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2005) e à relação sociedade *versus* natureza. Segundo o autor:

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um enorme contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 1999 p. 15).

Esse é o período marcado pela “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Onde a financeirização da economia via IED (Investimento Externos Diretos) é o símbolo mais representativo da época. Busca-se, “ideologicamente”, mostrar a “desnecessidade e a ineficiência” do Estado. É preciso liberdade na economia, para o mercado. Assim, o neoliberalismo é o discurso-prática ideológico hegemônico. A liberdade almejada e alcançada pelo mercado agrava a situação. Para o autor,

Os grandes grupos industriais ou operadores financeiros internacionais, que acabam de recuperar uma liberdade de ação que não conheciam desde 1929, ou talvez mesmo desde o século XIX, estão ainda menos dispostos a ouvir falar de políticas mundiais coercitivas. Disso, uns e outros deram provas em inúmeras ocasiões, inclusive em questões como os riscos ecológicos para todo o planeta... (CHESNAIS, 1996 p. 24 e 25).

São exemplos desse “descaso” as disputas travadas no governo, aqui do Brasil, no âmbito institucional entre Ministério do Meio Ambiente (e o IBAMA), de um lado; e os Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e do Desenvolvimento, do outro. As “disputas” mostram os “choques” de interesses contraditórios entre os que querem preservar o ambiente “natural” e aqueles que querem o “desenvolvimento” econômico a qualquer custo. A transferência do lixo dos países centrais do capitalismo (como ocorreu recentemente em caso que envolveu Inglaterra e Brasil) evidencia também, a impossibilidade de realização de reformas satisfatórias, proposta por governos ou empresas, para o sistema do capital, pois os “detentores do poder” não têm o senso de responsabilidade e respeito ao outro (ainda mais quando este outro situa-se na periferia do sistema). Podemos concluir, com este fato, que surge a Divisão Internacional Desigual do Lixo – entre países produtores e receptores de resíduos sólidos.

O CARÁTER SUBVERSIVO DA RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL

“A humanidade se autoconstruiu, no sentido mais literal. Nossos corpos são o produto da adaptação ao uso de instrumentos, que pré-data o gênero *Homo*. Nós determinamos ativamente a nossa figura corporal através dos instrumentos que mediatizam a troca humana com a natureza”

Donna Haraway *apud* Neil Smith

Com a passagem acima fica evidente que homem e natureza se (re)produzem. São “co-autores” da história social, que é também história natural. Logo, não podem ser vistos como esferas separadas da totalidade social, pois a natureza constitui “uma totalidade do mundo sensível e existe de forma independente dos seres humanos” (OLIVEIRA, 2005 p. 27). Para Marx e Engels (2002, p 31), isso se constitui no “primeiro ato histórico”, pois, a produção dos meios para a satisfação de necessidades como: habitar, vestir, comer e beber é “a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos”.

No entanto, o que seria ela se não fosse o homem, que utilizando suas forças físicas corporais, apropria-se da natureza para satisfazer suas necessidades, assim dando outro significado à Natureza. Concordamos que “é a partir do trabalho em sua realização cotidiana que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas” (ANTUNES, 2005 p. 67). Concordamos também, que “o trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (Sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual o [trabalho] produz” (MARX, 2004 p. 81). Segundo Antunes (2005):

O ser social dotado de consciência tem previamente concebida a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho no ato de sua realização. No trabalho, o momento distintivo, essencialmente separatório, é constituído pelo ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica ao pensar e refletir, ao externar sua consciência, o ser social se humaniza e se diferencia das formas anteriores do ser social (*Ibid* p. 67 e 68).

Essa leitura mostra a relevância do trabalho e da natureza à humanização do homem, “condição para sua existência” (*ibidem*). Porém, cabe ressaltar, que não queremos aqui partir em defesa daqueles que se apropriam dos recursos da natureza de forma destrutiva. Ao contrário, compreendemos que essa apropriação é produto das relações desencadeadas sobre um modo de produção específico – o sistema capitalista.

Sendo assim, buscamos compreender a Crise Ecológica e as discussões que surgiram a partir de então, como fruto de um contexto histórico marcado pela “*depreciação do valor de uso das mercadorias*”, ou seja, uma produção desenfreada de mercadorias descartáveis e desnecessárias que geram o consumo, logo, a satisfação do lucro na sociedade capitalista.

É dentro desta concepção que compreendemos a natureza como uma totalidade:

Objetivamente a natureza representa os processos físicos, químicos e biológicos, que, apesar de terem dinâmica própria, estão em constante transformação, da qual o homem tanto faz parte como é produto. A natureza também é uma realidade subjetiva, pois toda e qualquer produção humana só ocorre pela ação metabólica e universal do trabalho na natureza (OLIVEIRA, 2005 p. 27).

Dessa forma, ocorre dialeticamente o que Marx e Engels falavam: o processo de humanização da natureza e naturalização do homem. Ou seja, é pelo trabalho, que o homem satisfaz suas necessidades: se apropriando da natureza e se constituindo enquanto ser social. Assim, “não existe, desta forma, trabalho sem natureza e natureza sem trabalho” (*Ibidem*). Então, se é da condição humana “apropriar-se” da natureza, o que ocorre no momento atual onde a questão ambiental entrou na pauta de discussões de vários setores da sociedade?

Primeiramente, é necessário compreender que a relação homem e natureza foi subvertida ao longo da História – de uma “mediação de primeira ordem” (onde a sociedade se apropria da natureza para produzir valor de uso com o objetivo de satisfação de necessidades humanas essenciais: comer, vestir, habitar) para uma relação mediada por elementos de “segunda ordem”: trabalho alienado, dinheiro, mercadoria. A passagem a seguir é bem ilustrativa para entendermos a falácia que permeia a liberdade na sociedade burguesa-industrial; assim como, para mostrar a inviabilidade de se buscar a transformação da sociedade através de uma ética individual/solidária (como o fazem correntes do ambientalismo para a superação da crise ecológica):

Como todos sabemos, essa “dependência direta da natureza” é suplantada pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, implicando a realização da liberdade individual em sua universalidade formal. O avanço vitorioso das forças produtivas do capitalismo cria um modo de vida que coloca uma ênfase cada vez maior na *privacidade*. À medida que avança a liberação capitalista do homem em relação à sua dependência direta da natureza, também se intensifica a escravização humana ante a nova “lei natural” que se manifesta na alienação e reificação das relações sociais de produção. Diante das forças e dos instrumentos incontroláveis da atividade produtiva alienada sob o capitalismo, o indivíduo se refugia no seu mundo privado “autônomo” (MÉSZÁROS, 2006 p. 236).

E, continua, mostrando as conseqüências desse processo de liberação:

A relativa liberação do homem em relação à sua dependência direta da natureza é realizada por meio de uma ação *social*. No entanto, devido à reificação das relações sociais de produção, tal realização surge numa forma alienada: não como uma independência relativa da necessidade *natural*, mas como uma liberdade em relação às limitações das relações e laços *sociais*, como um culto cada vez mais intenso da “*autonomia individual*”. Esse tipo de alienação e reificação, produzindo uma aparência enganosa de independência, auto-suficiência e autonomia do indivíduo, atribuem um valor *per se* ao mundo do indivíduo, em abstração das suas relações com a sociedade, com o “mundo exterior” (MÉSZÁROS, *ibid* p. 237).

Obviamente que o trabalho do qual tratamos: condição para existência e humanização do ser social, não se trata da forma reificada, alienada que conhecemos e concebemos “naturalmente” sob o modo de produção capitalista. A forma de trabalho que objetivamos trata-se do trabalho concreto, útil, produtor de valores de uso. Já a forma dominante sob o sistema produtor de mercadorias é o trabalho abstrato. Onde o capital utiliza-se das forças da corporeidade humana para (re)produzir mercadorias, mais-valia – a valorização do capital. Portanto, o trabalho apresenta dimensões diferenciadas sob o capital: sua dimensão concreta produtora de valores de uso e a dimensão abstrata produtora de valores de troca¹.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso (MARX *apud* ANTUNES, 2005 p. 68 e 69).

Então, sob o domínio do trabalho abstrato produz-se cada vez mais para atender aos anseios do capital, logo, não há recurso da natureza ou a mercadoria humana que não se torne escasso ou explorado ao limite. Sendo assim,

¹ A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos.[...]

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. [...] O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. [...]

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. (KARL, Marx. O capital: crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Sant’Anna. 23ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 57 e 58)

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma... Desfigurado em seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio, e não “primeira necessidade” de realização humana. ANTUNES, 2005 p. 69)

Contraditória e dialeticamente a esse processo de valorização do mundo das mercadorias, das coisas, ocorre a desumanização, desrealização, negação, alienação do ser social. Alienação do produto do seu trabalho, logo, do ato produtivo; como também, de si, do outro, da natureza. Nas palavras de Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004 p. 80)

Segundo, e o que para nós faz-se essencial entender, é ver que a separação que ocorre entre o trabalho e os meios de produção (que ocorre com o capitalismo) é um marco fundamental para a compreensão da crise ecológica atual. Afirmamos isso por ver que é nessa separação que ocorre todo o processo de alienação humana. Alienação do seu ser, do fruto do seu trabalho, da natureza. Alienações que possibilitam o processo de reprodução ampliada do capital que se dá através da destruição da natureza e deterioração da força de trabalho humana.

Dessa forma, concordamos com Alexandrina Luz Conceição quando esta nos diz que “a leitura que tem sido feita sobre a crise ambiental, tendo com categoria de análise o ‘meio ambiente’, subtrai dessa discussão as relações sociais historicamente produzidas, perdendo do contexto a categoria totalidade na referência dialética: homem *versus* natureza” (CONCEIÇÃO, 2004 p. 79). Com isso, queremos ratificar o que dissemos anteriormente: o que nos apresenta como crise ambiental é o ápice de processos históricos que vem de longa data e acirram-se sob o modo capitalista de produção em sua fase mais nefasta de reestruturação produtiva, no entanto, o arsenal teórico a que tem recorrido grande parte do ambientalismo² não dá suporte para apreender as contradições sistêmicas que se apresentam.

² O ambientalismo parece ser uma dessas arenas contemporâneas em que Marx tem sido descartado. Bihr (1998) afirma trata-se até mesmo de uma resistência ao proletariado e seus sindicatos e partidos. Isso seria

Sendo assim, trazemos para o debate uma discussão que o ambientalismo tem relegado, ou realizado críticas contundentes: a relevância do corpo teórico marxiano para a apreensão da crise ecológica. Essa crítica, como nos mostra Foster (2005) e Löwy (2005), residiria numa visão prometéica, pró-tecnológica, antiecológica atribuída a Marx – uma visão onde se concebe como “natural” e essencial a dominação da natureza, através do desenvolvimento das forças produtivas³ pela sociedade. Como também, os ecossocialistas atribuem a Marx a visão de ser antiecológico por não incorporar à teoria do valor – a Natureza. Dessa forma, a crítica recai sobre os avanços técnico-científicos alcançados.

No entanto, acreditamos ser essa crítica infundada, pois, “desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão da alienação dos seres humanos em relação à natureza” (FOSTER, 2005 p. 23). Ainda segundo este autor,

O marxismo tem uma enorme vantagem potencial para lidar com todas estas questões precisamente por repousar sobre uma teoria da sociedade que é materialista não só por enfatizar as prévias condições material-produtivas da sociedade, e como elas serviriam para delimitar a liberdade e as possibilidades humanas, mas também, pelo menos em Marx e Engels, por jamais ter perdido de vista a necessária relação destas condições materiais com a história natural, ou seja, com uma concepção materialista de natureza. (FOSTER, *ibid* p. 36)

Por isso, acreditamos que somente “a teoria crítica possibilita observar a dimensão histórica da concepção de natureza como condição da existência humana” (CONCEIÇÃO, *Ibid* p.79). E, por isso também, entendemos que é essencial retomar o conceito de metabolismo da teoria marxiana, para assim, fortalecê-la enquanto corpo teórico para as discussões sobre a questão ecológica.

Segundo Foster (2005), a categoria conceitual principal da análise teórica de Marx nesta área é o conceito de metabolismo (*Stoffwechsel*). De acordo com este autor, essa palavra alemã implica diretamente, nos seus elementos, uma noção de “troca

uma herança da hegemonia socialdemocrata no movimento operário nos anos dourados do capitalismo. Nessas condições, o operariado se mostrou solidário à lógica produtivista (portanto destrutivista). Nascido num contexto de bipolarização entre o bloco capitalista e o bloco socialista e fortemente motivado pelas ameaças de uma guerra nuclear, o ambientalismo e depois a educação ambiental trazem em si, um componente pós-modernista e, por isso, antiindustrial, antiurbano e antimarxista. (PEDROSA, 2007 p. 79 e 80 et. al.)

³ O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam, porém, vários elementos cuja definição é discutida. Alguns autores encaram a própria ciência como uma força produtiva (e não apenas as transformações dos meios de produção que dela resultam), e há quem considere o espaço geográfico como uma força produtiva (Cohen, 1978, cap. II). BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001 p. 157.

material” subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos englobados pelo termo “metabolismo”. E, Marx utilizou o conceito de metabolismo para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho (p. 221).

Ainda para o referido autor, Marx ressaltou a centralidade do conceito de *Stoffwechsel* em toda a sua crítica da economia política. Já nos *Grundrisse*, ele se referiu ao conceito em sentido mais amplo. Empregava o conceito tanto para se referir à real interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho humano, quanto para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo. Assim, o conceito de metabolismo assumia tanto um significado ecológico quanto um significado social mais amplo (p. 222-223). Por isso, a relevância desse conceito ocorre também para uma sociedade futura, de produtores associados, já que,

A liberdade nesta esfera [o campo da necessidade natural] só pode consistir nisto, que o homem socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao seu próprio controle coletivo em vez de ser dominado por ele como um poder cego; realizando-o com o mínimo gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à sua natureza humana (MARX *apud* FOSTER, 2005 p. 224).

Ele, o materialismo histórico e dialético, nos dá a possibilidade de compreender o sóciometabolismo que existe entre sociedade e natureza, assim como, ver a natureza como uma produção social, “o resultado de uma transformação gradual, continuada através de muitas gerações sob a direção do homem e por meio do seu trabalho” (MARX *apud* SMITH, 1988 p. 93). Portanto, “a leitura crítica permite refletir a relação dialética *natureza e sociedade* mediada pelo trabalho. A sociedade não é imediatamente natureza, mas processo de metabolismo com a natureza através da razão” (CONCEIÇÃO, *Ibidem*).

E, contrariando a opinião de que Marx foi, ou é, pró-tecnologia, cabe realizar, com as palavras do próprio, uma distinção entre – o que é a técnica/tecnologia sob o domínio do capital e o que ela seria, ou será, sobre outro modo de produção diferente do atual, ou seja, o comunismo:

É incontestável que a maquinaria em si mesma não é responsável por serem os trabalhadores despojados dos meios de subsistência. Ela barateia e aumenta o produto no ramo de que se apodera e, de início, não modifica a quantidade de meios de subsistência produzidos em outros ramos. Depois de sua introdução, possui, portanto, a sociedade a mesma ou maior quantidade de meios de subsistência para os trabalhadores despedidos, não se levando em conta a enorme porção do produto anual dilapidada pelos que não são trabalhadores. E este é o ponto nevrálgico da apologética econômica. Para

ela, as contradições e os antagonismos inseparáveis da aplicação capitalista da maquinaria não existem, simplesmente porque não decorrem da maquinaria, mas da sua aplicação capitalista. A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores. O economista burguês explica, então, que a observação da maquinaria em si demonstra, sem a menor sombra de dúvida, que todas essas contradições palpáveis são aparências vulgares da realidade, mas que não têm nem existência real nem teórica. Assim, evita quebrar a cabeça com o assunto e, por cima, imputa a seu opositor a estupidez de combater não o emprego capitalista da maquinaria, mas a própria maquinaria (MARX, 2006 p. 503)

Concordando com Smith (1988), para quem ocorre uma ideologia da natureza, assim como uma produção desta pela sociedade, segundo o referido autor, a “capacidade de produzir natureza não é própria do capitalismo. A produção em geral é a produção da natureza” (p. 93). Dessa forma, devemos apreender as diferenças qualitativas e quantitativas na produção da natureza sob o sistema do capital, pois é nitidamente singular a outros modos de produção. E, esta singularidade do capitalismo reside em “que pela primeira vez o ser humano produz a natureza em escala mundial” (*ibidem*). Fruto do desenvolvimento das forças produtivas colocadas em movimento constante de aprimoramento para atender aos anseios do capital. Porém,

O desenvolvimento do capitalismo, entretanto, envolve não um desenvolvimento quantitativo mas qualitativo da relação com a natureza. Isto é meramente uma expansão linear do controle humano sobre a natureza, um alargamento do domínio da segunda natureza em prejuízo da primeira. Com a produção da natureza em escala mundial, a natureza é progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca. Os diferentes estágios de desenvolvimento das relações econômicas, valor de troca e valor de uso, estão determinados nas diferentes relações. Então, sob o capitalismo, parte do valor de troca já não é mais meramente um dos acessórios do valor de uso. Com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariado, a relação com a natureza é antes de mais nada uma relação de valor de troca. (SMITH, 1988 p. 93 e 94).

Observamos que a subversão provocada pelo capital na relação metabólica entre homem e natureza é diferenciada de outros períodos da história. Na lógica do sistema capitalista, para satisfazer o lucro ou mais-valia, o esgotamento é o limite. Seja a exploração predatória da natureza (vista como um recurso pelos olhos insanos do empresário), seja a exploração desumana da classe-que-vive-do-trabalho. Por isso, somos “classificados” como a *sociedade do consumo, do supérfluo e do descartável* (MÉSZÁROS, 2005). Por isso:

Nenhuma parte da superfície terrestre, da atmosfera, dos oceanos, dos substratos geológicos ou dos superestratos biológicos estão imunes à

transformação pelo capital. Em forma de uma taxa de preço, todo valor de uso é derivado como solicitação do processo de trabalho, e do capital – por sua natureza, a quintessência socializada – é forçada a transformar em mercadorias todas as solicitações” (SMITH, *ibid*, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que esta se vivendo num período de crise histórica, cujas evidências vem se acirrando desde os choques do petróleo na década de 70 e a falência do modelo social-democrata do Estado de bem-estar social. Uma época que traz o afloramento de contradições sem precedentes e que demonstra que não se estar passando por uma crise cíclica, que tanto caracterizam o modo de produção capitalista, mas, como diz Mészáros, a crise estrutural do sistema do capital. Devido sua abrangência, pois essa crise afeta toda a totalidade da humanidade, para que sobreviva, a sociedade necessita realizar mudanças que são fundamentais, essenciais no “modo de controle do metabolismo social”. Por isso é necessário “*o estabelecimento de uma nova ordem social, positivamente sustentável e historicamente viável em escala global. Essa é a única maneira plausível de enfrentar o desafio do nosso tempo histórico, aceitando o fardo da responsabilidade que dele emerge*” (MÉSZÁROS, 2007 p. 21)

Apesar de ser nítida a sensibilização da questão ambiental por elevada parte da sociedade, destaque aí para os educadores ambientais, convêm afirmar que incorrem ao fracasso quando desenvolvem seu trabalho porque apresentam uma “prática informada (conformada) pelos paradigmas da sociedade moderna” (GUIMARÃES, 2006 p. 23). É o que o autor chama de “armadilha paradigmática”⁴

Faz-se compreensível que o nível de exploração que o capital impõe a natureza e aos trabalhadores é insuficiente, permanecerá até os limites que o corpo humano suporte, como também a natureza. Ele “*tem de ser ampliado até o ponto em que o movimento operário tolerar*” (MÉSZÁROS, 2007 p. 150). Ela é uma crise de um modelo de sociedade e de seus paradigmas, onde o único caminho apresentado é o de se submeter à alienação da vida e ao fetiche da mercadoria.

É interessante notar que as condições exploratórias, degradantes, desumanas e destrutivas a que o capital impõe à natureza e à classe que vive do trabalho é uma

⁴ É quando por uma “limitação compreensiva e uma incapacidade discursiva” (Viégas, 2002), o educador por estar atrelado a uma visão (paradigmática) fragmentária, simplista e reduzida da realidade, manifesta (inconscientemente) uma compreensão limitada da problemática ambiental e que se expressa por uma incapacidade discursiva que informa uma prática pedagógica fragilizada de educação ambiental, produzindo o que Grün (1996) chamou de pedagogia redundante. (GUIMARÃES, 2006, et. al. P.23 e 24)

construção histórica logo, pode ser historicamente (des)construída, (re)construída. Mészáros (2007), falando da luta dos trabalhadores por reduzir a carga horária de trabalho para 25 horas semanais, como uma solução para o desemprego diz que:

Os socialistas de vários países europeus - bem como das Américas do Sul e do Norte - estão lutando pelo objetivo de reduzir o tempo de trabalho para 35 horas semanais sem perda salarial. Essa importante demanda estratégica não está de modo algum livre de dificuldades. Pois ressalta tanto o problema urgente do desemprego mundial, quanto às contradições de um sistema socioeconômico que por sua própria necessidade perversa impõe sobre incontáveis milhões de pessoas a privação e o sofrimento que acompanham o desemprego (MÉSZÁROS, 2007, p. 141).

Esse mesmo exemplo deve ser seguido pelo movimento ambientalista para a construção de uma sociedade sócioambientalmente sustentável. Pois, não há “*nada e ninguém podem subjugar ou destruir esse tempo que ajuda a fazer os explorados e os oprimidos adquirirem consciência dos delineamentos de uma sociedade futura radicalmente diferente*” (MÉSZÁROS, 2007, p. 24).

O domínio do homem sobre sua condição de existência orgânica e inorgânica é pré-condição necessária de permanência da vida individual e social, definida pela necessidade de satisfação, o que coloca em cheque o paradigma da modernidade de exacerbação do consumo como qualidade de vida, que se cristaliza na desigualdade de apropriação. Não é possível superar essas contradições sem uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital (CONCEIÇÃO, 2004 p. 87).

Pois, com o advento da modernidade e o crescente desenvolvimento das forças produtivas para atender ao capital, agravaram-se as condições e mecanismos de exploração do trabalho e da natureza. No entanto, na dialética da vida social, essa superexploração é a condição necessária para a superação da auto-alienação do trabalho. Quando todas as condições objetivas estiverem postas, a transformação radical da sociedade é inevitável. O capitalismo, de acordo com Marx (2006), é um “estágio” necessário antes da efetivação de uma “sociedade de produtores livres e associados” – comunista.

Não adianta impedir o desenrolar do tempo histórico, já que, “não pode haver ilusões quanto à árdua escalada que se deve empreender para alcançar esse cume” (*ibidem*). Por mais que se idealize propostas para a educação almejando transformar a sociedade, em busca de patamares de desenvolvimento mais aceitáveis, são as contradições do sistema produtor de mercadorias (suas falhas metabólicas) que determinarão o momento da instalação do processo revolucionário objetivando a transformação. “Mas, seja como for, o *eterno presente* do capital, com seu “tempo gelado de vitrine”, não pode em absoluto varrer a aspiração da humanidade pelo

estabelecimento de uma ordem social historicamente sustentável enquanto houver opressão e exploração no mundo” (MÉSZÁROS, *ibidem*, p. 25). Concluímos, por hora, com as palavras de Mézáros

A nossa época de *crise estrutural global* do capital é também a época histórica de *transição* de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra (MÉSZÁROS, 2005, p. 76).

A educação não pode ser concebida como realidade estanque da sociedade. Ela traz em seu bojo as contradições características de um tempo histórico. Portanto, é visível a qualquer indivíduo que ocorre uma crise no atual modelo de sociedade. Ela é evidenciada pela falência de instituições que lhe dão base, apoio de sustentação ideológica, como: a família, a religião e a escola. Com isso, objetiva-se construir uma sociedade que supere toda alienação capitalista para a efetivação de uma liberdade humana.

Diante do exposto, almejamos a construção de uma proposta de Educação Ambiental (EA) para além dos ditames do capital (OLIVEIRA JUNIOR, 2009). Uma proposta de educação política que tenha como objetivo principal à superação do sistema do capital, pois só assim podemos objetivar uma sociedade sustentável. Uma EA que vá além das propostas esquizofrênicas (a ideologia dos Rs – reduzir, reutilizar, reciclar; do plante uma árvore; do consumo consciente, etc) pela qual se enveredou o ambientalismo. Portanto, nossa proposta para a Educação é antes de tudo, uma proposta política, de luta de classe, de luta contra o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2001.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, nº 02, 2004, pp. 79-91.

GUIMARÃES, Mauro. **Armadilha paradigmática na educação ambiental In: Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental**. Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2006.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. John Bellamy Foster. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez 2005.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach / Karl Marx e Friedrich Engels; Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos** / Karl Marx. Tradução Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital** / István Mészáros; Tradução de Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx** / István Mészáros; Tradução Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: o socialismo no século XXI** / István Mészáros; tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim – São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVERIA. Vanessa Dias. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. **Da Necessidade de uma Educação Ambiental Crítica e Revolucionária**. In: Anais do III Seminário de Geoecologia e Planejamento Territorial: Mudanças Climáticas e Território. Aracaju: 2009.

_____. Manoel Pedro de. **Sociedade-Natureza: uma análise crítica do discurso da questão ambiental no livro de geografia do ensino médio**. In: Anais do X Encontro Regional de Estudos Geográficos: Políticas de (Dê)senvolvimento da/n RIGIÃO NORDESTE: Uma Leitura crítica geográfica.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço.**
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.